



**Ministério da Transparência  
e Controladoria-Geral da  
União  
Secretaria Executiva**

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	1 / 9

## **UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

### **ORIGEM**

**Comitê Permanente de Segurança Corporativa/COPESEG do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União**

### **REFERÊNCIA NORMATIVA**

Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13/06/2008 e Normas Complementares

Portaria SE/CGU/PR nº 50224, de 04/12/2015 – Comitê de TI

Portaria SE/CGU/PR nº 948, de 18/04/2017 – Comitê Permanente de Segurança Corporativa

Portaria SE/CGU/PR nº 1213, de 03/06/2014 – Política de Segurança Corporativa (em revisão)

Instrução Normativa SE/CGU/PR nº 04, de 03/06/2014

### **CAMPO DE APLICAÇÃO**

**Esta Norma se aplica no âmbito do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.**

### **SUMÁRIO**

- 1. Objetivo**
- 2. Fundamento Legal da Norma Complementar**
- 3. Considerações Iniciais**
- 4. Conceitos e Definições**
- 5. Dos Recursos de Tecnologia da Informação**
- 6. Da Identificação de Usuários e das Senhas de Acesso**
- 7. Das Permissões de acesso a recursos de TI**
- 8. Das Estações de Trabalho**
- 9. Do Controle Físico**
- 10. Do Armazenamento de Arquivos na Rede**
- 11. Dos Incidentes de Segurança na Rede CGU**
- 12. Das Disposições Finais**
- 13. Da Vigência**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**Não há**

### **APROVAÇÃO**

**GILSON LIBÓRIO DE OLIVEIRA MENDES**  
**Coordenador do Comitê Permanente de Segurança Corporativa**

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	2 / 9

## 1. OBJETIVO

Estabelece as diretrizes para o uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

## 2. FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Conforme disposto na IN04/SE/CGU/PR, de 03 de junho de 2014, compete à CGU, por meio do Comitê Permanente de Segurança Corporativa/COPESEG, promover e propor normas e diretrizes quanto a segurança da informação no que diz respeito à Segurança Corporativa.

## 3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1 Esta Norma Complementar estabelece as regras para utilização dos recursos de tecnologia da informação no âmbito da CGU, considerando:

3.1.1 as diretrizes, os objetivos, os princípios e as definições constantes da Política de Segurança Corporativa na CGU;

3.1.2 a importância e o impacto dos serviços de tecnologia da informação (TI) para a execução das atividades administrativas e finalísticas da CGU;

3.1.3 que o uso indevido destes recursos pode comprometer a segurança das informações produzidas ou custodiadas;

3.1.4 a necessidade de maximizar a segurança da informação, contribuindo, dessa forma, na manutenção da segurança corporativa da CGU.

3.2 É atribuição da DTI prover e gerir os instrumentos tecnológicos necessários ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nesta norma, incluindo os ativos de hardwares e softwares necessários a prestação dos serviços, bem como zelar pela manutenção e atualização de servidores, equipamentos de rede, estações de trabalho, sistemas operacionais e demais aplicativos;

3.3 As disposições desta norma são válidas para todos os usuários de recursos de tecnologia da informação da CGU e outras pessoas que se encontrem a serviço da CGU, autorizadas a utilizar, em caráter temporário, os recursos de tecnologia da informação da CGU.

## 4. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma Complementar, aplicam-se os seguintes termos e definições:

4.1 **Autenticação:** processo de validação da identidade do usuário, que pode ser feito por diversos meios, tais como: combinação de usuário/senha, biometria ou utilização de certificado digital;

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	3 / 9

4.2 **Ativos de Informação:** Ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação; os equipamentos necessários a isso; os sistemas utilizados para tal; os locais onde se encontram esses meios, e também os recursos humanos que a eles têm acesso;

4.3 **Confidencialidade:** propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizado e credenciado;

4.4 **Conta de usuário:** identificação única de usuário, com senha associada, para acesso aos serviços providos na Rede CGU;

4.5 **COPESEG:** Comitê Permanente de Segurança Corporativa da CGU;

4.6 **Documento Controlado:** documento com informação classificada em qualquer grau de sigilo ou prevista na legislação como sigilosa;

4.7 **DGI:** Diretoria de Gestão Interna;

4.8 **DTI:** Diretoria de Tecnologia da Informação;

4.9 **Extranet:** área com serviços de TI providos pela CGU disponíveis na Internet;

4.10 **Incidente de segurança em redes computacionais:** é qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores;

4.11 **Integridade:** propriedade de que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

4.12 **Privilegio:** permissão de uso/acesso a um recurso de TI concedida a usuário ou grupos de usuários;

4.13 **Rede CGU:** é a rede de ativos de informação da CGU, dotada de infraestrutura tecnológica que provê os serviços de TI necessários ao desempenho das atividades do Órgão;

4.14 **Usuário:** servidores ocupantes de cargo efetivo ou cargo em comissão e os ocupantes de emprego público, em exercício na CGU, terceirizados, colaboradores, consultores, auditores e estagiários que obtiveram autorização do responsável pela área interessada para acesso à Rede CGU ou aos ativos de informação da CGU.

## 5. DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1 São considerados recursos de tecnologia da informação:

5.1.1 As estações de trabalho (desktops) e equipamentos portáteis (notebooks, tablets e smartphones), seus dispositivos periféricos, como monitor, teclado, mouse, caixas de som, microfone, leitoras, gravadoras e demais acessórios, como scanners, impressoras, webcams, etc. relacionados à tecnologia da informação;

5.1.2 os sistemas de informação ou softwares adquiridos e/ou desenvolvidos pela CGU;

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	4 / 9

5.1.3 os equipamentos e serviços de infraestrutura de TI que viabilizam a Rede CGU, tais como: Equipamentos Servidores, Storages, Roteadores, Switches, Solução de backup, terminais de videoconferência, dentre outros;

5.1.4 os suprimentos e bens de consumo relacionados à tecnologia da informação;

5.1.5 os dados armazenados e aqueles que trafegam na Rede CGU.

5.2 Os recursos de tecnologia da informação pertencentes às unidades da CGU e que estão disponíveis para o usuário devem ser utilizados em atividades relacionadas às funções institucionais desempenhadas pelo Órgão;

5.3 O acesso aos recursos de tecnologia da informação é permitido mediante identificação e autenticação da conta do usuário;

5.4 O usuário responsável pelo uso e guarda do recurso de tecnologia da informação deve zelar pelo seu estado, integridade e funcionamento, comunicando qualquer defeito ou anormalidade à DTI;

5.5 De modo a preservar o ambiente computacional da CGU, é vedado o fornecimento de informações a terceiros sobre características, funcionalidades e configurações dos recursos de tecnologia da informação disponíveis, ressalvada a possibilidade de disposição de tais informações pela DTI, quando o desempenho de atividades institucionais assim exigir;

5.6 É vedada a utilização dos recursos de tecnologia da informação disponíveis com o objetivo de praticar ações maliciosas contra outros recursos da Rede CGU ou redes externas.

## **6. DA IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS E DAS SENHAS DE ACESSO**

6.1 Para utilização dos serviços e sistemas disponibilizados na Rede CGU será necessária a autenticação do usuário, mediante identificação (login) e senha de acesso, certificação digital ou biometria;

6.2 Qualquer acesso realizado pelo usuário autenticado na Rede CGU é de responsabilidade do próprio;

6.3 Cada servidor possuirá uma única conta de usuário para acesso à Rede CGU, exceto nos casos explicitamente definidos e autorizados pela DTI;

6.3.1 A criação de conta de usuário para profissionais de empresas contratadas, estagiários, consultores e afins, com objetivo de acesso a soluções de tecnologia da informação (TI) disponibilizadas na Rede CGU, deve ser solicitada à DTI pelo titular da unidade onde serão executadas as atividades, e deve ser precedida de cadastramento do usuário na Rede CGU e de assinatura do Termo de Responsabilidade;

6.3.2 Cessado o motivo da concessão do acesso, o titular da unidade deverá requerer a imediata revogação do acesso à DTI.

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	5 / 9

6.4 A DTI determinará um padrão a ser seguido para a criação de conta de usuário de rede, definição/atualização da senha, além de condições para bloqueio, suspensão e desativação de contas de usuários;

6.5 A senha de acesso é de uso pessoal e intransferível e o devido sigilo é de responsabilidade exclusiva do titular da conta, vedada sua divulgação sob qualquer hipótese, devendo ser alterada pelo próprio usuário no primeiro acesso;

6.5.1 O usuário terá seu acesso temporariamente bloqueado caso não execute a atualização da senha;

6.6 A área de recursos humanos da CGU deve comunicar à DTI os desligamentos, as aposentadorias, os afastamentos e as movimentações de usuários que impliquem em mudanças de lotação, possibilitando a inativação e/ou atualização das contas de usuários para os privilégios necessários para o desempenho de suas funções na nova unidade;

6.7 A fim de garantir a consulta e recuperação de registros históricos das operações realizadas na Rede CGU, as contas de usuários com vínculo encerrado com a CGU serão apenas desativadas.

## **7. DAS PERMISSÕES DE ACESSO A RECURSOS DE TI**

7.1 As permissões de acesso a recursos de TI serão definidas de acordo com a lotação e/ou cargo exercido, correspondendo a seus direitos e privilégios para acesso aos serviços e informações na Rede CGU, de forma que o usuário possua o privilégio necessário para desempenhar suas funções;

7.1.1 A concessão de permissões especiais, distintas daquelas definidas nos critérios citados no item 7.1, dependerão de solicitação justificada do dirigente da unidade demandante e, quando for o caso, do gestor do recurso que se deseja acessar.

7.2 Quando da mudança de lotação, as permissões concedidas serão atualizadas para refletirem os direitos e privilégios necessários para desempenhar as funções na nova lotação. Neste caso, as permissões especiais deste usuário serão excluídas e, caso ainda exista a necessidade de acesso, deverão ser novamente solicitadas;

7.3 O acesso aos sistemas de informação poderá exigir a identificação de usuário e senha específica, que somente são fornecidas mediante critérios, específicos e objetivos, estabelecidos pelos gestores dos sistemas;

7.4 O usuário dos recursos de TI deve comunicar imediatamente à DTI caso perceba qualquer anormalidade de seu acesso aos recursos de tecnologia da informação;

7.5 A liberação do acesso remoto à Rede CGU deve ocorrer por meio de requisição justificada do titular da unidade, com anuência da DTI, sendo disponibilizada, sempre que possível, por tempo limitado, de acordo com a necessidade do trabalho a ser executado;

7.5.1 Acesso de equipe terceirizada para suporte e manutenção em soluções de TI da Rede CGU, será liberado pontualmente, de acordo com solução provida pela DTI;

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	6 / 9

7.5.2 Acesso da equipe de suporte técnico à estação de trabalho deverá ser autorizado pelo usuário, que acompanhará as ações desempenhadas pelo técnico e encerrará a conexão quando do término do atendimento, ou quando suspeitar de atividade maliciosa, comunicando à DTI o potencial incidente.

7.5.3 Registros dos acessos e das autorizações deverão ser mantidos pelo período mínimo de trinta dias.

## **8. DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO**

8.1 A estação de trabalho deve manter o padrão estabelecido pela DTI, no tocante ao hardware, sistema operacional e aos demais programas de computador instalados;

8.2 É vedada a abertura física ou a desmontagem de equipamento de informática de propriedade da CGU, bem como a alteração das configurações do ambiente operacional da estação de trabalho, procedimentos que só podem ser realizados por técnico qualificado da DTI;

8.3 É vedada a instalação de quaisquer componentes ou placas de hardware que não tenham sido adquiridos pela CGU. Casos excepcionais serão avaliados pela DTI;

8.4 É vedada a conexão à Rede CGU de dispositivos computacionais que não sejam de propriedade da CGU, exceto nos casos expressamente autorizados pela DTI;

8.4.1 A autorização da DTI depende de solicitação justificada do titular da unidade e da verificação da segurança do computador.

8.5 É vedada a alteração das configurações da estação de trabalho, de maneira que descaracterizem o padrão de instalação. Assim como é vedada a instalação, pelo usuário, de programas de computador nas estações de trabalho, bem como o uso daqueles auto executáveis, mesmo a partir de mídias externas;

8.5.1 Cabe à DTI a homologação e publicação de softwares a serem instalados nas estações de trabalho;

8.5.2 A instalação de programas de computador homologados pela DTI e sistemas desenvolvidos no Órgão somente pode ser realizada nas estações de trabalho por técnico da DTI, diretamente nas estações de trabalho, remotamente ou automaticamente por meio da rede;

8.5.3 É vedada a cópia de programas de computador, licenças de software e sistemas implantados nas estações de trabalho, quer seja para uso externo à CGU, quer seja para uso em outra estação de trabalho do Órgão, salvo quando autorizado pela DTI;

8.5.4 É vedada a utilização de softwares nas estações de trabalho que não possuam o devido licenciamento ou que não tenham sido homologados pela DTI;

8.5.5 A simples presença do programa de computador na lista de softwares homologados não constitui autorização prévia para a sua instalação em qualquer estação de trabalho, devendo-se considerar o número de licenças disponíveis, bem como autorização da DTI, observado o procedimento no parágrafo anterior;

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	7 / 9

8.5.6 A DTI poderá remover, sem aviso prévio ao usuário, programa de computador instalado em estação de trabalho que não se enquadre nos critérios estabelecidos neste artigo.

8.6 Somente em casos excepcionais será concedido privilégio de administrador da máquina, em caráter precário, para os usuários das estações de trabalho, após autorização do dirigente responsável pela unidade de lotação do usuário, mediante anuência da DTI e assinatura de termo de responsabilidade;

8.6.1 O termo de responsabilidade determinará os limites do privilégio de administrador da máquina.

8.7 É de responsabilidade do usuário a realização de cópias de segurança dos dados armazenados no disco rígido de sua estação de trabalho;

8.8 No caso de ausência do local de trabalho, mesmo que temporariamente, o usuário deverá bloquear o acesso à sua estação de trabalho, devendo informar novamente sua senha para efetuar o desbloqueio.

## **9. DO CONTROLE FÍSICO**

9.1 As movimentações de ativos de informação no âmbito da CGU devem ser comunicadas à DTI para atualização dos respectivos controles;

9.2 A retirada de equipamentos de informática do Órgão deve ser previamente autorizada pela DTI, mantendo-se registro da saída e posterior devolução;

9.2.1 No caso das estações portáteis utilizadas por servidor da CGU, deverá ser utilizado o termo de responsabilidade como documento de autorização;

9.2.2 No caso de equipamentos retirados para manutenção por empresa contratada pela CGU para tal finalidade, deverá ser utilizado documento de autorização fornecido pela DTI.

9.3 Em caso de extravio ou roubo de equipamento de TI de propriedade da CGU, a ocorrência deve ser imediatamente registrada junto à DTI como incidente de segurança da informação, sem prejuízo das demais providências necessárias;

9.4 Previamente ao envio de equipamentos para manutenção ou desfazimento, deve ser realizado procedimento padrão para remoção de informações;

9.5 O ambiente físico em que se encontram os equipamentos servidores e equipamentos de rede só pode ser acessado mediante autorização da DTI ou da DGI.

## **10. DO ARMAZENAMENTO DE ARQUIVOS NA REDE**

10.1 É de responsabilidade da DTI prover ambiente seguro de armazenamento de arquivos na Rede CGU e solução de cópia de segurança (backup) do mesmo;



Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	8 / 9

10.2 A DTI definirá parâmetros para armazenamento de arquivos na Rede CGU, incluindo requisitos como tamanho máximo e tipos de arquivo permitidos, com vistas a não comprometer o desempenho e a segurança dos serviços;

10.3 O usuário deve manter, preferencialmente, os arquivos de trabalho na área de armazenamento de rede destinada à sua lotação, pois arquivos armazenados localmente na estação de trabalho não estão protegidos pela solução de backup corporativo;

10.3.1 Quando transportados em dispositivos móveis, os arquivos corporativos deverão, preferencialmente, ser criptografados.

10.4 O usuário deve manter nas áreas de armazenamento de rede apenas arquivos estritamente relacionados às atividades desempenhadas pelo Órgão;

10.5 Os arquivos armazenados na Rede CGU poderão ser inspecionados, por meio de procedimento automatizado, quando houver indícios de armazenamento de informações em desacordo com o disposto no item anterior;

10.5.1 As não conformidades identificadas serão notificadas ao usuário com a definição de prazo para regularização. Findo o qual, os arquivos armazenados na Rede em desacordo com a política poderão ser removidos.

10.6 A DTI pode prover, adicionalmente, áreas de armazenamento online, acessíveis pela internet, para compartilhamento de arquivos entre diferentes órgãos e unidades;

10.6.1 O acesso às áreas de armazenamento online será efetivado pelas credenciais da Rede CGU, garantindo a autenticidade dos documentos compartilhados pelos usuários internos;

10.6.2 Nas áreas de armazenamento online, não geridas pela DTI, não há garantias de disponibilidade e confidencialidade. Portanto, não devem ser utilizadas para tratar documentos controlados ou considerados sensíveis;

10.6.3 As áreas de armazenamento online também não são protegidas pela solução de cópias de segurança corporativa.

## **11. DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA NA REDE CGU**

11.1 A infração às diretrizes previstas nesta norma caracteriza incidente de segurança da informação e será comunicada ao dirigente da respectiva unidade em que se encontra a estação de trabalho ou usuário para que sejam tomadas as providências pertinentes;

11.2 A DTI manterá equipe para tratamento de incidentes em redes computacionais com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança na Rede CGU;

11.3 O usuário deve comunicar imediatamente à DTI caso perceba qualquer anormalidade no uso dos recursos de tecnologia da informação;

11.3.1 O canal para alerta de incidentes, confirmados ou sob suspeita, relacionado à segurança da Rede CGU é a caixa postal [abuse@cgu.gov.br](mailto:abuse@cgu.gov.br).



Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC05/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	9 / 9

11.4 A DTI poderá bloquear temporariamente, sem aviso prévio, a estação de trabalho, a conta de usuário ou o acesso que esteja realizando atividade que coloque em risco a segurança da rede, até que seja verificada a situação e descartada qualquer hipótese de dano à infraestrutura tecnológica da Rede CGU.

11.5 O usuário que fizer uso de forma indevida ou não-autorizada dos recursos de tecnologia da informação, bem como agir em desacordo com os termos desta norma, fica sujeito à aplicação das penalidades previstas no Capítulo V do Título IV da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 A DTI promoverá, periodicamente, cursos, palestras e/ou informativos sobre assuntos relacionados ao uso adequado dos recursos de informática, com vistas a manter os usuários dos recursos de tecnologia da informação informados e atualizados;

12.2 A DTI realizará procedimentos de monitoramento e proteção da rede contra ataques externos e internos, podendo ainda exercer fiscalização nos casos de apuração de uso indevido desses recursos;

12.3 Os contratos de prestação de serviço celebrados com a CGU deverão ter cláusula específica exigindo da empresa contratada o cumprimento da presente norma pelos prepostos por ela alocados, bem como prevendo as penalidades decorrentes da sua inobservância;

12.3.1 Adicionalmente, os contratos cujos serviços impliquem acessos aos ativos de informação, deverão prever ainda a assinatura de termo de confidencialidade pelo preposto ou representante da contratada.

12.4 Cabe à DTI, por meio da central de serviços de TI, esclarecer eventuais dúvidas do usuário quanto à conformidade de determinada atitude ou utilização em relação às normas de uso da Rede CGU;

12.5 Incumbe ao COPESEG monitorar e avaliar periodicamente as práticas de segurança da informação e propor os ajustes que considerar necessários;

12.6 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta norma serão dirimidos pela DTI, ouvido o Núcleo Técnico de Segurança Corporativa.

## **13. VIGÊNCIA**

Esta Norma Complementar entra em vigor na data de sua publicação.